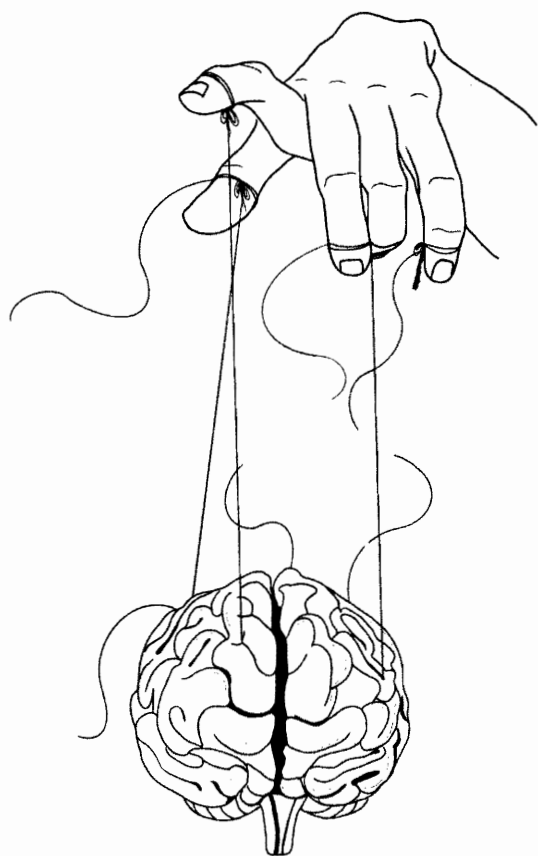


SUSANA MOITA

CANDIDATURA INDEPENDENTE

UMA TENDÊNCIA JURÍDICA ELEITORAL DE
REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA



DIALÉTICA
EDITORA

Copyright © 2020 by Editora Dialética Ltda.

Copyright © 2020 by Susana Moita.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Capa: Bruna Guimarães

Ilustração: Elza Muzi

Diagramação: Clara Maria Batista Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Mariana Brandão Silva CRB-1/3150

M715c Moita, Susana.

Candidatura Independente : uma tendência jurídica eleitoral de representatividade política / Susana Moita. – 1. ed. – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.
216 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-88065-28-0

1. Candidatura Independente. 2. Sistema Eleitoral. 3. Política.
I. Moita, Susana. II. Título.

CDD 324.63

CDU 342.8



DIALÉTICA

EDITORA

📍 /editoradialeitica

📧 @editoradialeitica

www.editoradialeitica.com

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 13

CAPÍTULO 1 - A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA PARTIDÁRIA NO BRASIL | 19

1.1 A democracia e o seu papel de representação política | 20

1.2 A representação política partidária na democracia | 32

1.3 A crise da representação política | 45

CAPÍTULO 2 - CANDIDATURA INDEPENDENTE: UMA TENDÊNCIA JURÍDICA ELEITORAL DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA | 69

2.1 Aspectos gerais dos sistemas eleitorais | 70

2.2 Comparação das variáveis eleitorais das democracias falhas latino-americanas e caribenhas | 84

2.3 Candidatura independente: uma tendência jurídica eleitoral de representatividade política | 102

2.4 Legislação eleitoral partidária brasileira: um estimulador da crise da representatividade política | 113

2.5 Filiação partidária: uma condição de elegibilidade que impede a evolução da democracia representativa | 123

CAPÍTULO 3 - O PAPEL DA JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL E NACIONAL QUANTO A CANDIDATURA INDEPENDENTE | 148

3.1 A legislação internalizada pelas convenções | 148

3.2 A jurisprudência internacional: os casos de controle de convencionalidade | 152

3.3 A jurisprudência nacional: os casos de controle constitucional | **161**

**CAPÍTULO 4 - O MODELO DE ADEQUAÇÃO À TENDÊNCIA CONTEMPORÂNEA
DEMOCRÁTICA MUNDIAL PARA A PERMISSÃO DA CANDIDATURA INDEPENDENTE
NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO | 174**

4.1 As condições legais para as modificações constitucionais e infra-constitucionais para a permissão da candidatura independente | **175**

4.2 As propostas de emendas constitucionais para a permissão da candidatura independente | **176**

4.3 Caso modelo de permissão da candidatura independente | **181**

4.4 A construção de um modelo legislativo para permissão da candidatura independente | **190**

CONCLUSÃO | 196

REFERÊNCIAS | 202